- XLIII -**SURDOS, EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL**

Juliana Guimarães Faria
Universidade Federal de Goiás/Brasil
julianagf@ufg.br

Anabel Galán-Mañas
Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunha
isabel.galan@uab.cat

Introdução

Historicamente, antes de se tornar uma profissão, a ação de interpretar para surdos, usando a língua de sinais, era exercida por parentes da pessoa surda (GAMBINI; FONTANA, 2016). Os professores de educação especial também assumiam este papel, visto que conheciam a língua de sinais (FRANCHI; MARAGNA, 2013).

Esse cenário começa a mudar de forma diferenciada em cada país, em momentos históricos diversos (NAPIER, 2011), pois depende das políticas de cada país e das conquistas sociais dos surdos em relação à língua de sinais. Porém, é reconhecido que o seu status linguístico é alcançado, como qualquer outra língua, posterior ao momento em que a língua de sinais passa a ter espaço nas pesquisas acadêmicas (GAMBINI; FONTANA, 2016).

Nesse contexto, o tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS) passa a ser requerido para atuar nos diversos espaços ocupados pelos surdos, advindos de suas conquistas sociais. É com essa demanda social que a profissionalização da TILS ganha força.

Esse trabalho é resultado parcial da pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Goiás e na *Universitat Autònoma de Barcelona* denominada Formação de TILS. O texto tem como objetivos apresentar: os dados de número de matrículas de surdos no ensino superior no Brasil; os instrumentos jurídicos brasileiros que se configuram como ações afirmativas para indução: (a) ao aumento de matrícula de surdos no ensino superior e; (b) de formação de TILS. Parte-se do pressuposto que a democratização de acesso do surdo ao ensino superior no Brasil levará ao aumento da necessidade de novas contratações de profissionais TILS.

Desenvolvimento

No Brasil o percurso de reconhecimento linguístico da língua de sinais remete à Lei 10.436/2002, fruto de luta da comunidade surda brasileira. A referida lei reconhece a língua brasileira de sinais (Libras) como meio oficial de comunicação e expressão da comunidade surda, obriga o seu ensino em cursos de formação de professores e cursos de fonoaudiologia e dá direito aos surdos o acesso a profissionais TILS. Desde então, outros instrumentos jurídicos foram sendo impetrado, como o Decreto 5626/2005, que estabelece que a formação de TILS deve se dar em nível superior.

E, em 2016, um outro instrumento, a nova Lei de Cotas, a Lei 13.409/2016, foi aprovada e visa a ampliação da quantidade de estudantes com algum tipo de deficiência matriculados na educação superior pública brasileira. Entende-se que há uma demanda crescente de matrícula, visto que, dos quase 10 milhões de surdos no Brasil (5,1% da população brasileira), há um milhão com idade de até 19 anos (IBGE, 2010, p. 114), sendo estes potenciais candidatos às novas vagas de cotas para acesso ao ensino superior.

No que se refere ao número de matrículas no ensino superior, em 2011, havia 5.808 alunos surdos, com deficiência auditiva ou surdos-cegos e, em 2013, esse número salta para 8.676. Em 2014 foram 7.066 e, em 2015, houve 7.110 matriculados. Dados do censo de 2016 (INEP, 2017) demonstram que há apenas 6.885 matriculados, correspondendo a 0,08% do total de mais de oito milhões de matriculados. Os dados permitem projetar, assim, uma demanda reprimida de alunos surdos para o ensino superior, com possibilidades reais de ingresso, induzida pela nova lei de cotas, e que necessitarão de TILS com formação também em nível superior, conforme determina o artigo 14 do Decreto 5626/2005.

No que se refere à políticas de indução de cursos para formação de TILS, em meio a essas políticas afirmativas, ainda em 2011, houve a implementação do Programa Viver Sem Limites – Decreto 7612/2011, que incentivou a abertura de cursos de licenciatura e bacharelado, sendo respectivamente para a formação de professores de Libras e TILS.

No Brasil, foram abertos apenas sete cursos para a formação de TILS, sendo: a) Região Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); b) Região Centro-Oeste: Universidade Federal de Goiás (UFG); c) Região Sudeste: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); d) Região Norte: Universidade Federal de Roraima (UFRR). É possível observar que na região nordeste não há oferta de cursos superiores de formação de TILS e que a região sudeste e sul concentram a maior oferta, com 5 cursos, demonstrando que ainda é necessária a democratização da oferta de cursos de formação superior desses profissionais.

Antes dos cursos de graduação para formação de TILS, a formação ofertada se concentrava em cursos livres (SANTOS, 2006; FERREIRA, 2015) e de formação profissionalizante de nível médio, sobretudo os oferecidos pelas associações de surdos e pelos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) mantidos pelos estados e municípios brasileiros. Depois das políticas afirmativas, sobretudo de 2002 em diante, houve uma ampla diversificação de oferta de cursos de especialização para essa área.

Em 2017, havia 74 cursos *lato sensu* no Brasil (MEC, 2017), em detrimento a outros 35 cursos que se referiam à formação para línguas orais. Essa predominância da Libras pode demonstrar certa demanda crescente que o Brasil vive em busca de formação desses profissionais. Porém, é uma formação que pode estar sendo frequentada por profissionais que já possuem uma graduação em outras áreas, sendo leigos, e que estão atuando em postos de trabalho de TILS. Muitas vezes, podem ser profissionais com expertise linguística, mas sem uma formação ou competência tradutória voltada para o par linguístico língua de sinais – língua oral. Ou seja, profissionais atuantes, mas com cursos de graduação em outras áreas, buscando a qualificação em cursos *lato sensu* de formação de TILS.

Conclusão

Com esse cenário, percebe-se um campo emergente no Brasil, com demanda crescente para a oferta de formação de TILS. A quantidade de surdos na educação superior no Brasil é tímida (0,08%), considerando que 5,1% da população possui alguma deficiência auditiva (IBGE, 2010). É possível identificar, ainda, que há instrumentos jurídicos que se configuram como políticas de indução, visando a possibilidade de novas matrículas e democratização de acesso de surdos ao ensino superior. Faz-se necessário pesquisas futuras visando acompanhar essa democratização.

Para finalizar, é de se ressaltar que o sucesso e a permanência de surdos, tanto no ensino superior (SANTANA, 2016) quanto na escola básica, não depende, exclusivamente, de profissionais TILS qualificados, visto que são mediadores culturais e linguísticos. Essa pesquisa se propõe, em sequência, dar continuidade aos estudos, realizando uma investigação sobre a formação de TILS, no que se refere à proposta pedagógica e competência tradutória (PACTE, 2001).

Referências

- FERREIRA, Daiane. *Estudo comparado de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- FRANCHI, M.L.; MARAGNA, S. La figura dell'interprete . In: FRANCHI, M.L.; MARAGNA, S. (orgs.): *Manuale dell'Interprete della Lingua dei Segni Italiana*. Un percorso formativo con strumenti multimediali per l'apprendimento. Milano: Franco Angeli, 2013.
- GAMBINI, D.; FONTANA, S. La lengua de signos: aspectos traslativos y sociolingüísticos desde un observatorio italiano. *Revista Española de Discapacidad*, Madri/ES, v. 4, n. 1, p. 155-175, 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Simopse Estatística da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 06 dez. 2017.
- NAPIER, J. Signed Language Interpreting. In: WINDLE, K.; MALMKJAER, K. (orgs.). *The Oxford Handbook of Translation Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 353-372, 2011.
- PACTE. La competencia traductora y su adquisición. *Quaderns - Revista de traducció*, Barcelona, v. 1, n. 6, pp. 39-45. 2001. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccio/article/view/25279/25114>> Acesso em 19 set 2017.
- SANTANA, A.P. A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n. s1, pp. 85–88, 2016.
- SANTOS, S. A. *Intérpretes de língua de sinais: Um estudo sobre as identidades*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.